

Saúde

As mil e uma utilidades do Suds

12 AGO 1989

ESTADO DE SÃO PAULO

Uma das principais razões apresentadas pelos que optaram pela estatização dos serviços médicos brasileiros, para defender a adoção do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde, Suds, era que o sistema encerraria com as "fontes de corrupção". Na era do Suds, segundo eles, acabariam as fraudes nos convênios da rede hospitalar com o Ministério da Previdência Social, os segurados teriam todos os seus direitos garantidos, além de melhorar sua "qualidade de vida". Assim garantida o mais ardoroso defensor do sistema, o secretário da Saúde de São Paulo, José Aristodemio Pinotti, ao assinar em junho de 1987 o primeiro convênio do Suds com a secretaria paulista. Nada como o passar do tempo para se conhecer corretamente as coisas. Após inspeções nas prestações de contas das secretarias estaduais de Saúde, um relatório do Tribunal de Contas da União apontou inúmeras irregularidades na utilização dos recursos destinados ao Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde, exatamente aquele que

chegara para acabar com as fontes de corrupção!

As irregularidades descritas começam pela aplicação dos recursos do sistema no mercado financeiro, em estabelecimentos não oficiais — que heresia para quem tanto consagra os benefícios de uma ordem econômica estatizada! —; passam pelo não cumprimento dos itens dos convênios assinados com o governo federal no tocante ao registro de verbas e chegam até a transferência de recursos do Suds para entidades privadas ao arremedo estatizante — §2º, artigo 199 da Constituição Federal — que impede a destinação de recursos públicos para "auxílio ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos". O dr. Pinotti costuma dizer que o Suds nasceu "para mudar o perverso", em uma crítica generalizada a todo o atendimento médico anterior à implantação do sistema; que adjetivo se deve usar para definir tais irregularidades formais no uso das verbas destinadas a melhorar a "qualidade de vida" da população?

É interessante notar que o uso dos recursos públicos da saúde também se descentralizou, as irregularidades sendo encontradas em muitas secretarias de Saúde do País. Elas foram maiores em São Paulo, exatamente o Estado que mais atrasa os pagamentos à rede hospitalar privada, alegando a necessidade de "glosa técnica", o que significa pagar por exemplo uma consulta 75 a 90 dias depois de realizada.

É de temer que as falhas descobertas pelo TCU na aplicação das verbas transferidas ao Suds sejam só a ponta de uma longa meada. Os escritórios regionais do Inamps e os órgãos destinados à fiscalização dos Suds — a Comissão Institucional de Saúde, existente em todos os Estados — também foram apanhados na "glosa técnica" do Tribunal. Com certeza por este caminho se entenderá melhor por que o Brasil possui um dos mais altos índices de gastos *per capita* do mundo com sua assistência médica oficial, mesmo comparado com países de medicina totalmente estatiza-

da. E também se consiga saber por que nos círculos médicos oficiais, especialmente do Estado de São Paulo, se alimenta tanto repúdio à ação da livre iniciativa na assistência à saúde da população.

Quando a rede hospitalar privada de São Paulo, há pouco mais de duas semanas, percebeu que as punições aplicadas pelo Suds abriam o caminho que levaria os hospitais à falência, quando alguns deles optaram pela sobrevivência, pedindo o descredenciamento, a chefe de gabinete do secretário Aristodemio Pinotti avançou pelo campo das ameaças, especificando que não se aceitariam descredenciamentos; atitude estranha, porque implicava retirar da rede privada o direito de fechar suas portas, quando trabalhava com prejuízo. O Tribunal de Contas da União explicou melhor o porquê das ameaças. As verbas dos Suds, no Brasil, possuem mil e uma utilidades, e só algumas delas passam pela melhora da qualidade de vida da população.